



## Sindprevs/SC inicia campanha contra a Violência Emocional no Trabalho

*O Sindprevs/SC realizará uma campanha para estimular denúncias de Violência Emocional nos locais de trabalho através de cartazes e de matérias que serão divulgadas aqui no jornal Previsão e no sítio do Sindicato.*

O Assédio Moral é um dos aspectos mais conhecidos da Violência Emocional. O Departamento de Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC propõe o termo "Violência Emocional" por seus efeitos na subjetividade, efeitos que tornam insustentável a vida de uma pessoa. Violentar emocionalmente significa fragilizar as defesas emocionais de um ser humano e provocar danos, muitas vezes irreversíveis.

O Sindicato receberá denúncias de Violência Emocional através do endereço eletrônico: [sindprevs@sindprevs-sc.org.br](mailto:sindprevs@sindprevs-sc.org.br). As denúncias serão encaminhadas para o Departamento de Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC, que analisará a melhor forma de abordar cada caso.

Para tratar de Violência Emo-

cional no Trabalho, é preciso resgatar um conceito que tem sido trabalhado ao longo dos últimos anos: o assédio moral. Essa prática vem sendo disseminada nas relações de trabalho em vários espaços e organizações. O assédio moral tem dois lados: o de quem oprime e o de quem é oprimido, o de quem violenta das formas mais sutis e dissimuladas possíveis e o de quem sofre a violência.

Normalmente consiste em uma prática velada, subliminar, que expõe a vítima a situações de constrangimento contínuo, dor e medo. As marcas do assédio tornam-se tão profundas que podem inviabilizar a vida e a rotina de uma pessoa.

As relações de trabalho em que a hierarquia é permeada pelo exercício de poder sobre os trabalhadores têm deflagrado situações de opressão e sofrimento, desencadeando episódios de adoecimento emocional. As formas de coibir essa prática baseiam-se na divulgação de informações aos trabalhadores sobre os seus direitos a sua integridade física e emocional; no empoderamento dos trabalhadores para que possam reagir diante dessas práticas; e na denúncia dos assediadores. Por isso, não se cale diante de situações de Violência Emocional, denuncie no [sindprevs@sindprevs-sc.org.br](mailto:sindprevs@sindprevs-sc.org.br).

Fonte: com informações da Assessora em Saúde do Trabalhador, psicóloga Elisa Ferreira.

Espaço destinado aos correios

- |   |  |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se                                     | <input type="checkbox"/> Ausente       |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido                                 | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Recusado                                     |  |
| <input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente                        |  |
| <input type="checkbox"/> Não Existe Nº Indicado                       |  |
| <input type="checkbox"/> Fora Perímetro de Entrega                    |  |
| <input type="checkbox"/> Zona Rural                                   |  |
| <input type="checkbox"/> Informação Prestada pelo Porteiro ou Síndico |  |
| <input type="checkbox"/> Falecido                                     |  |

Reintegrado ao Serviço Postal em \_\_/\_\_/\_\_

Em \_\_/\_\_/\_\_

Responsável

Rua Angelo La Porta, 85 • Centro  
Florianópolis • CEP 88020-600  
Fone/Fax: (48) 3224-7899

**3** Fenaps apresenta calendário de atividades para os últimos meses de 2012

**6** Retrospectiva das greves dos servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa

**12** Sindprevs/SC completou 24 anos de lutas e conquistas no dia 17 de outubro



## TRF não julgou apelação do INSS referente ao desconto do PCCS

Em setembro de 2011, o Sindprevs/SC obteve a antecipação dos efeitos da tutela na ação coletiva nº 5002163-61.2011.404.7200/SC, que pleiteava o reconhecimento do direito dos servidores de não reporem ao erário valores percebidos a título de "PCCS" no período de março de 2003 e abril de 2004.

O INSS sustentava que essas reposições se impunham em razão do trânsito em julgado de outro processo, através do qual a rubrica foi paga no período mencionado.

Em janeiro de 2012, o Juiz Federal Hildo Nicolau Peron analisou o mérito e proferiu

sentença favorável ao Sindprevs/SC, reconhecendo que o pagamento ocorreu há mais de sete anos e que, por conta disso, não cabe mais repor tais valores ao erário, uma vez que o INSS deixou de agir dentro do prazo-limite de cinco anos, previsto na Lei nº 9.784/1999.

O INSS apelou dessa sentença, e o recurso aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de modo que, até que esse julgamento ocorra (e eventualmente venha a cassar a anterior decisão favorável aos servidores), o INSS está proibido judicialmente de promover os aludidos descontos.

## Atenção Aposentados: Associação oferece ação que vocês já possuem

Servidores aposentados e pensionistas tem recebido da Associação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (ABASP) uma cartilha contendo uma ficha de filiação, oferecendo os serviços da referida Entidade para o ajuizamento de ação visando à cobrança de valores referentes à GDPST (Gratificação de Desempenho da Previdência, da Saúde e do Trabalho). A Gratificação em questão é devida aos servidores ativos, aposentados e pensionistas vinculados ao Ministério da Saúde, ao Ministério do Trabalho e Emprego, ao Ministério da Previdência Social e à Funasa.

Ocorre que, desde a criação da GDPST, o Sindprevs/SC vem ajuizando ações pleiteando que os servidores aposentados e pensionistas tenham o direito de receber os mesmos 80 pontos pagos aos servidores em atividade, mas especificamente no período entre março de 2008 e dezembro de 2010, enquanto não havia regulamentação capaz de aferir o desempenho dos servidores em atividade.

Logo, os servidores que já ajuizaram essas ações com o Sindicato não precisam (nem podem) ajuizar nova ação. É que, uma vez iniciada uma ação judicial em nome próprio (aquelas em que as pessoas ajuizam mediante procuração), o cidadão fica impedido de buscar em juízo, através de outra ação, o mesmo resultado do jurídico, de tal modo que, se o fizer, pode ser condenado por litigância de má-fé.

Além disso, se você já tem ação ajuizada com o Sindicato, lembre-se de que, quando

uma ação tem início, começa a contar, em favor do autor, os juros de mora, normalmente de 0,5% ao mês, que vai continuar incidindo sobre o montante devido até o final da ação. Logo, uma ação iniciada em 2010, por exemplo, tem juros de mora correndo desde aquela época, o que aumenta consideravelmente o valor a ser recebido, enquanto uma ação nova, iniciada hoje, terá esses juros iniciando hoje.

Em suma, os aposentados e os pensionistas que já têm ações em andamento não devem assinar o documento oferecido pela citada Associação, não só porque estarão perdendo valores, como também porque correrão o risco de ser condenados por litigância de má-fé.

Já os aposentados e os pensionistas que ainda não têm ação da paridade da GDPST devem procurar o Sindicato imediatamente para ajuizá-las, sem necessidade de assinar a filiação a qualquer outra entidade, já que é prerrogativa do Sindicato ajuizar essas ações em seu favor, com custos bem menores. Por fim, é importante alertar os servidores aposentados e os pensionistas para que fiquem atentos ao outorgarem procurações a entidades localizadas fora do estado de Santa Catarina que ofereçam advogados que você não conhece e aos quais não tem qualquer forma de acesso.

Prefira o seu Sindicato, pois isso certamente lhe trará maior segurança no acompanhamento do controle das ações ajuizadas.

## Médicos sofrem prejuízos com a aplicação da Lei nº 12.702/2012

No dia 7 de agosto, foi publicada a Lei nº 12.702, decorrente da conversão da anterior Medida Provisória nº 568, de 11 de maio passado, em lei.

Referida norma legal, dentre outras providências, veio criar uma nova gratificação de desempenho para os médicos do Serviço Público Federal, denominada GDM (Gratificação de Desempenho de Atividade Médica), que substituirá as anteriores gratificações de desempenho por eles percebidas de acordo com a carreira a que estão vinculados, com efeitos financeiros a contar de 1º de julho passado.

Dessa forma, médicos vinculados à Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho, por exemplo, vinculados ao Ministério da Saúde (ex-INAMPS), ao Ministério da Previdência Social, à Funasa e ao Ministério do Trabalho e Emprego, deixarão de perceber a anterior GDPST (Gratificação de Desempenho da Previdência, da Saúde e do Trabalho) e passarão a perceber a GDM-PST.

Ao fixar o valor do ponto referente à nova gratificação (GDM), a referida norma legal definiu que esses manteriam os mesmos patamares adotados para o pagamento da GDPST até junho passado, que era de R\$ 22,67 para um médico localizado na referência S-III, por exemplo, o que implicava no valor de R\$ 2.267,00 (R\$ 22,67 x 100 pontos), quando esse profissional obtinha a avaliação máxima.

Assim, uma vez que o valor do ponto da GDM seria igual ao valor do ponto da GDPST, não haveria qualquer alteração remuneratória (para menor ou maior) com a aplicação da nova sistemática.

Ocorre, entretanto, que a mesma Lei nº 12.702/2012 majorou o valor do ponto referente à GDPST, que passou a ser de

R\$ 36,17 para o mesmo exemplo anterior, resultando num valor total de R\$ 3.617,00 devido a título de GDPST, enquanto a GDM ficou com o valor do respectivo ponto fixado em R\$ 22,67, alcançando montante máximo de R\$ 2.267,00.

Em outras palavras, se esse mesmo médico permanecesse percebendo a GDPST, o valor a ele devido a título de gratificação de desempenho saltaria de R\$ 2.267,00 para R\$ 3.617,00, como ocorreu, aliás, com os demais profissionais de Nível Superior localizados na mesma referência S-III da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho.

Nasce aí, portanto, um primeiro prejuízo aos médicos.

Além disso, entretanto, verifica-se que no mês de julho passado a Administração pagou aos médicos (em lugar da nova GDM devida a partir de 1º de julho) a antiga GDSPT, em valor superior ao que seria devido a título de GDM.

Assim, após verificar o pretenso equívoco, a Administração fez retornar (já a partir da folha de pagamento de agosto) o respectivo valor ao patamar que entende correto, o que implicou redução remuneratória, se compararmos os valores de julho com os de agosto, bem como expediu aos médicos uma carta dando-lhes conta de que providenciaria a reposição ao erário dos valores tidos por indevidamente percebidos naquele mês de julho.

Em virtude disso, o Sindprevs/SC orienta todos os médicos ativos, aposentados ou pensionistas a entrarem em contato com o Sindicato, pelo telefone ou pessoalmente, para obter mais esclarecimentos e autorizar o Sindicato a interpor as medidas judiciais cabíveis.

## Administração baixa orientação que desrespeita Emenda Constitucional nº 70

Conforme já havíamos informado anteriormente, em março passado foi promulgada a Emenda Constitucional nº 70/2012, que reconhece em favor dos servidores que lograram aposentadoria por invalidez decorrente de doença grave (especificada em lei), doença profissional ou acidentes do trabalho, concedidas a partir de fevereiro de 2004, o direito à aposentadoria integral.

Apesar da clareza da referida Emenda, a Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão emitiu orientação que destoa do objetivo da Emenda Constitucional, afirmando que a ideia de "integralidade", que a referida Emenda Constitucional veio resgatar, se aplica a todas as verbas salariais, à exceção das gratificações de desempenho, cujo pagamento – mesmo nos casos de

aposentadorias por invalidez decorrentes de doenças graves, acidentes do trabalho ou moléstia profissional, que seguem sendo pagas à base de 50 pontos.

Os aposentados que se enquadrem na situação anterior devem requerer administrativamente a revisão de suas aposentadorias e, caso a Administração não lhes conceda a aposentadoria integral com base em 100% da última remuneração, devem procurar imediatamente o Sindicato para que o setor jurídico analise a possibilidade de ingresso de ação judicial a respeito, caso em que o servidor deve estar municiado dos seguintes documentos: a) fotocópia do ato de aposentadoria; b) fotocópia do último contracheque percebido em atividade; e c) de fotocópia dos contracheques percebidos como aposentado, até os dias atuais.

Fonte: Luis Fernando Silva, Assessor Jurídico do Sindprevs/SC.

## Fale com o Sindicato

**Endereço:** Rua Angelo La Porta, nº 85, Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88020-600

**Fone/Fax:** (48) 3224-7899

**Atendimento do Sindicato:** das 9h às 18h

**Endereço eletrônico:** [sindprevs@sindprevs-sc.org.br](mailto:sindprevs@sindprevs-sc.org.br)

**Atendimento do Departamento Jurídico:** das 9h às 12h e das 13h às 18h

**Endereço eletrônico do Departamento Jurídico:** [juridico@sindprevs-sc.org.br](mailto:juridico@sindprevs-sc.org.br)

**Plantão dos advogados:** segundas e terças-feiras das 9h às 12h e das 13h às 18h

**Site:** [www.sindprevs-sc.org.br](http://www.sindprevs-sc.org.br)

**Twitter:** @sindprevs

**Facebook:** Sindprevs Santa Catarina

# Fenasps aprova calendário de atividades até o fim do ano

No dia 29 de setembro, a Diretoria da Fenasps realizou uma Reunião Ampliada em Brasília com a representação dos estados. O Sindprevs/SC esteve presente. Na reunião foi debatido sobre o pós-greve, passados informes nacionais e locais e aprovado o calendário das próximas atividades da Federação.

## Reunião na Anvisa e no Ministério da Saúde

A Fenasps participou de reuniões e audiências na Anvisa e no Ministério da Saúde para tratar das pendências dos dias parados na Greve e discutir a forma de compensação dos dias parados. Mesmo o Ministério da Saúde tendo enviado o acordo da reposição para o Ministério do Planejamento, o governo, dando demonstração de total inabilidade no trato com os trabalhadores, não cumpriu a sua parte. Mesmo os servidores tendo retornado ao trabalho e as entidades e o Ministério da Saúde firmado acordo de reposição, houve cortes de salários em vários estados como Pará, Minas Gerais e Distrito Federal. A Direção da Fenasps pressionará o Ministério da Saúde e o Ministério do Planejamento para imediata devolução dos valores descontados. Cobrará ainda da Secretária de Relações de Trabalho o porquê do atraso da homologação dos acordos de reposição da Anvisa e do Ministério da Saúde.

## Termo de Acordo para reposição dos dias parados

O plantão da Fenasps informou que, devido ao tempo exíguo para fechamento da folha, à pressão dos trabalhadores com ponto cortado e ao curto tempo para envio aos estados para maior discussão, o termo foi assinado. Em relação aos trabalhadores do INSS, foi informado que a Fenasps vem lutando pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo para anistiar a Greve de 2009, já aprovado em todas as comissões, faltando apenas votação em plenário do Congresso Nacional. (Leia mais na página 9.)

## Relatório final do GT do INSS

Após recebimento do relatório, a Federação enviou aos estados e a sua Assessoria Jurídica o documento para análise. Foi colocado na reunião que o documento final não representa o con-



teúdo consensual das discussões e contém posições do governo e reivindicações pontuais das entidades. Durante o período das discussões, foi apresentada uma proposta de Carreira já entregue ao governo em 2006, foram reafirmadas pelos representantes da Fenasps no GT questões como incorporação da Gdass, carga horária de 30 horas, paridade, valorização através de política de qualificação e valorização do vencimento básico. Durante as discussões do GT, o Assessor Jurídico da Fenasps, Luis Fernando Silva, apresentou estudo sobre a Carreira que historicamente a Fenasps defende e sobre subsídio para explicitar melhor essa forma de remuneração. No entanto, os representantes do governo querem impor uma proposta de Carreira focada na gestão por competência, a qual a Federação já publicou para conhecimento dos estados e não será assinada enquanto não houver posicionamento da categoria.

## Greve na Saúde

Os trabalhadores enfrentaram uma conjuntura difícil no cenário da crise econômica mundial. Foi uma Greve que conseguiu unificar o conjunto do funcionalismo federal, paralisou portos, aeroportos, fronteiras e estradas, conseguindo impactar o governo. Além das análises preliminares já enviadas aos estados, a Fenasps deverá construir um balanço da Greve.

## Geap

Foi apresentado pelos representantes da Geap eleitos no Condel e no Confins pelo INSS e pela representante da Fenasps no Conselho Deliberativo do Ministério da Saúde um breve diagnóstico da situação da Geap que é grave do ponto de vista financeiro e administrativo. Foi apresentado o calendário do processo eleitoral para o Condel da Saúde. A Fenasps dará todo o apoio à eleição do representante dos servidores do Ministério da Saúde no Condel da Geap e considera importante a participação dos sindicatos estaduais a fim de garantir que os participantes do Plano possam democraticamente votar nas eleições. (Leia mais na página 10.)

## Deliberações aprovadas

- Elaborar balanço da Greve orientando a militância a realizar enfrentamento ao governo e às entidades governistas.

- Realizar na abertura da próxima Plenária Nacional discussão sobre Direito de Greve e sobre o Acordo Coletivo Especial (ACE), que está sendo discutido pelo governo Dilma.

- Buscar no Congresso Nacional informações sobre o andamento da próxima Reforma da Previdência que está em discussão no governo.

- Orientar os sindicatos a realizarem diagnóstico da situação das APSs para discutir nos encontros estaduais e nacional na primeira quinzena de novembro.

- Que a Fenasps continue com a campanha por Concurso Público Já! porque o número de trabalhadores atuais é incompatível com a demanda de trabalho no INSS.

- Que os estados acompanhem os desdobramentos do termo de reposição de horas da Saúde.

- Fazer ofício para a coordenadora do GT e para o Secretário Executivo

solicitando mais tempo para apresentar posição sobre o GT do INSS e pedir audiência com o Presidente do INSS e o Ministro da Previdência também para tratar sobre o GT Carreira.

- Solicitar audiência com Sérgio Carneiro para tratar sobre saúde complementar dos servidores.

- Solicitar audiência com a CGP/Ministério da Saúde para tratar do ponto eletrônico, de anistiados e da reposição dos dias de Greve.

- Continuar os trabalhos de mobilização no Congresso Nacional pela aprovação da anistia da Greve do INSS e da DRT.

- Realizar encontros estaduais da CPST e do Seguro Social em outubro.

- Realizar do XVI Enapo no período de 7 a 9 de dezembro, na cidade de Belo Horizonte, conforme deliberação do XV Enapo.

## Calendário de lutas

### Outubro

17 e 18/10 - Eleição Condel/Geap no Ministério da Saúde

20/10 - Seminário Nacional da Geap

### Novembro

9/11 - Encontro Nacional dos servidores da CPST

10/11 - Encontro Nacional dos servidores do INSS

11/11 - Plenária Nacional da Fenasps

### Dezembro

7 a 9/12 - XVI Encontro dos Aposentados (Enapo)

Fonte: Fenasps.



## Agenda

### outubro

17 - Sindprevs/SC completa 24 anos de lutas e conquistas

### novembro

5 e 6 - 1º Seminário Catarinense em Defesa do SUS (Sistema Único de Saúde), no auditório da Reitoria, realização do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra as Privatizações da Saúde

29 - Plenária Sindical de Base do Sindprevs/SC, dirigida aos Diretores de Base e Representante dos Aposentados e dos Pensionistas, a partir das 9 horas, no auditório da

Fecesc, localizado na Avenida Mauro Ramos nº 1.624, Centro, Florianópolis

30 - Assembleia Estadual Geral do Sindprevs/SC, às 13h30min (segunda convocação), no auditório da Fecesc, localizado na Avenida Mauro Ramos nº 1.624, Centro, Florianópolis

### dezembro

7 - Abertura da temporada 2012/2013 no Complexo Esportivo e de Lazer Ademir Rosa, em Ponta das Canas, Florianópolis

24 a 31 - Recesso de fim de ano do Sindprevs/SC

# Seminário em defesa do SUS

**Nos dias 5 e 6 de novembro, será realizado no auditório da Reitoria da UFSC o 1º Seminário Catarinense em defesa do SUS, promovido pelo Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra as privatizações, do qual o Sindprevs/SC faz parte, com apoio da Universidade Federal de Santa Catarina e do DCE da UFSC gestão Voz Ativa.**

O Sistema Único de Saúde é uma conquista histórica do nosso país que garante a assistência diária de mais de um milhão de brasileiros. Essa política de Estado, garantida na Constituição Federal de 1988 e nas Leis do SUS, vem sendo sucateada e negligenciada pelos governos de plantão, que querem fazer do SUS um grande balcão de negócios.

Saúde pública é um direito de todo o povo brasileiro, garantido por lei. Mais do que isso, só o Sistema Único de Saúde oferece serviços de saúde gratuitos, de modo universal e integral, independentemente da faixa etária e da renda. Em pouco mais de vinte anos de SUS, muito se avançou em termos de saúde em nosso país, mas isso muitas vezes não é divulgado. Nesse curto tempo de história, o Brasil diminuiu pela metade a mortalidade infantil.

Temos programas que estão sendo copiados por outros países, como o tratamento da AIDS e o programa de doação de órgãos. Sem mencionar todos os milhões de brasileiros que são atendidos nas emergências e, nos postos de saúde todos os dias, independentemente da raça, idade ou renda. Será que os planos privados fazem isso?

O SUS é um sistema de saúde para todos e é amplamente fiscalizado pelo controle social, organizado nos conselhos de saúde. Além disso, o SUS é uma política de Estado. Isso quer dizer que ela é permanente e não pode ser cancelada pelos governantes.

Infelizmente os governos de plantão não têm respeitado essas diretrizes e vêm ano a ano sucateando nosso Sistema de Saúde e o entregando para a iniciativa privada para ela explorar seus lucros exorbitantes em cima da dor e da doença dos brasileiros.

Não contente com a privatização de diversos serviços dentro dos hospitais, como lavanderias, serviços de segurança, zeladoria e nutrição, agora o governo do estado avança na entrega de unidades inteiras, inclusive os servidores, para empresas privadas, conhecidas como Organizações Sociais, como é o caso do Hemosc, do Cepon, do Hospital Infantil de Joinville e agora mais recentemente do Samu. Essas empresas, que se dizem filantrópicas, recebem todos os recursos públicos para administrar as unidades e com total autonomia para a contratação

de funcionários sem concurso público, compras sem licitação, podendo comprar com o preço e a qualidade que bem entendem. Possuem também liberdade na gestão do serviço, ou seja, podem oferecer as vagas como bem entenderem. Podem, inclusive, cobrar pelos serviços. Mais do que isso, as Organizações Sociais não passam pela fiscalização do controle social, são fiscalizadas apenas por uma comissão indicada pelo próprio governador. Também enfraquecem a rede de atenção, precarizando ainda mais o atendimento para a população.

No mesmo sentido é a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), proposta pelo Governo Federal e que está sendo criada para privatizar os Hospitais Universitários. Com a privatização dos nossos HUs, toda a atividade de pesquisa e extensão pode ser colocada em jogo, pois estará sob a gestão e os interesses de uma empresa privada. Diante de tudo isso é que as entidades que compõem o Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra as Privatizações, entre elas o Sindprevs/SC e o SindSaúde, junto com a Universidade Federal de Santa Catarina, estão convidando a todos os lutadores, entidades e população catarinense para a defesa desse direito fundamental da população que é o Sistema Único de Saúde. E, para isso, o Fórum está organizando o 1º Seminário Estadual em Defesa do SUS e contamos com o apoio de todos.

## Programação

### 5/11 (segunda-feira)

14h - A Reforma Sanitária e o Sistema Único de Saúde (SUS)

- Francisco Batista Júnior (ex-presidente e atual membro do Conselho Nacional de Saúde)
- Marco Aurelio Dr.ª Ros (Prof. Dr. do Departamento de Saúde Pública da UFSC)

18h30min - Conjuntura e os novos modelos de privatização na saúde: OSs, OSCIPS, EBSERH, Fundações, PPPs e outras

- Sara Granemann (Prof.ª Dr.ª da Escola de Serviço Social da UFRJ)
- Simone Hagemann (Diretora do SindSaúde e membro do Conselho Estadual da Saúde)

### 6/11 (terça-feira)

9h - A EBSERH e as consequências para o HU, a universidade e a sociedade

- Sara Granemann (Prof.ª Dr.ª da Escola de Serviço Social da UFRJ)
- Irineu Manoel de Souza (Prof. Dr. do Departamento de Administração da UFSC)
- Representante da UFPR

14h - Marco jurídico dos novos modelos de gestão da saúde

- Dr. André Stefani Bertuol (Procurador da República em Santa Catarina)
- Dr.ª Sônia Maria Demeda Groisman Piardi (Promotora de Justiça do MP/SC)
- Dr.ª Dulce Maris Galle (Procuradora do Trabalho do MPT/SC)

Fonte: com informações do Fórum Catarinense em Defesa do SUS e contra as Privatizações.

## Servidores de Rio do Sul protestaram contra as péssimas condições de trabalho



Fonte: imagens enviadas pelos servidores da APS Rio do Sul.



**Os servidores da Agência da Previdência Social de Rio do Sul protestaram no dia 12 de setembro, usando camisetas pretas de luto e distribuindo panfleto à população, para denunciar as péssimas condições de trabalho a que eles estão submetidos e o descaso da Administração do INSS e do Governo Federal com os servidores e a população.**

O prédio da Agência da Previdência de Rio do Sul foi atingido pela enchente de 2011 e um ano depois ainda sofre com os problemas consequentes do alagamento.

As instalações físicas não foram renovadas e recuperadas, e tudo é ainda provisório. Mobiliários usados vieram de outras Agências do estado, outros resgatados dentro do próprio prédio, com presença de cupins e brocas. Mesmo aproveitando tudo o que foi possível, ainda faltam mesas, armários e cadeiras para a população.

A Agência de Rio do Sul atende diariamente cerca de 300 pessoas vindas de 23 municípios do Alto Vale do Itajaí. A falta de servidores na APS também foi um

dos motivos do protesto. Nos últimos três anos, a Agência de Rio do Sul perdeu 10 trabalhadores por aposentadoria, transferência, exoneração e óbito, além de quatro médicos peritos que pediram demissão. O quadro de servidores ainda não foi refeito, o que prejudica o atendimento à população.

Por tudo isso os servidores do INSS de Rio do Sul realizaram o protesto no dia 12 de setembro.



Acima, panfleto à população distribuído pelos servidores no dia de protesto.

# Ministério da Saúde e Anvisa realizam a maior Greve da história de lutas

*As greves realizadas nos meses de julho e agosto de 2012 pelos servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa ficarão na história de lutas da categoria como as maiores demonstrações de força e união desses trabalhadores. Durante 59 dias para os servidores da Saúde, e 47 dias para os servidores da Anvisa, os trabalhadores do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde lutaram, conheceram-se, cuidaram-se e mostraram para a população por*

## Poesia

### Guardados

Os outros poemas ficam agora guardados,  
Esperando novas inspirações.  
É hora de refletir,  
Reconhecer  
E agradecer  
Agradecer e parabenizar:  
Não a coragem,  
Mas a união destas pessoas.  
E não a força,  
Mas a presença e o apoio do nosso Sindicato.

Quem tem um Sindicato presente,  
Como o nosso  
É gente unida, como esta,  
Tem força pra qualquer  
Desafio,  
Que esteja ou não por vir!  
Parabéns!

Zu/2012

*que precisavam parar de trabalhar para resgatar a dignidade salarial e as condições de trabalho. Como pode ser visto na retrospectiva detalhada nas páginas centrais desta edição, foram dias de espera e angústia, mas também de explosão de energia e demonstrações de solidariedade. A proposta apresentada pelo governo foi rejeitada, em assembleia, pelos servidores do MS e da Anvisa. A paralisação foi suspensa, mas a luta poderá ser retomada a qualquer momento, porque a Greve reconstruiu a unidade dos servidores e esse é o bem mais poderoso da classe trabalhadora. Veja ao lado a última poesia da servidora do Ministério da Saúde, Zuleide Medeiros Garcia, que, ao longo da greve, brindou a todos com outros cinco poemas, todos inspirados na coragem e nos desafios da luta.*

## Nota de falecimento

Durante a Greve, com grande pesar, o Sindprevs/SC comunicou o falecimento do Diretor de Base do Ministério da Saúde, Valmir Medeiros Wessler, servidor lotado na administração do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, da PO, de Florianópolis. Ele foi sepultado no dia 19 de julho em Palhoça.

## Os acordos de Greve e os ataques aos trabalhadores

Por Comando Nacional de Greve da Fenasps

Os trabalhadores do Serviço Público realizaram uma greve poderosa que mexeu com as estruturas do poder econômico e político. O movimento que começou com os professores federais em maio deste ano ganhou força com a adesão dos trabalhadores da Saúde e de outros setores do funcionalismo federal, principalmente a paralisação dos trabalhadores da Anvisa, que provocou engarrafamento de navios nos portos, além da paralisação nos aeroportos e nos postos de fronteira.

O Governo Dilma, determinado a manter a política de congelamento salarial, adotou medidas autoritárias, determinando corte de salários e decreto para substituir grevistas (Decreto nº 7.777/12). Mas a Greve ganhou novos contornos com adesão das Polícias Federal e Rodoviária, do Ministério da Agricultura e da Operação-padrão da Receita Federal, provocando grande caos em todo o país, rodovias paralisadas, aeroportos superlotados de passageiros e fronteiras com grandes engarrafamentos, porque os servidores estavam exercendo, como manda a Constituição, uma fiscalização rigorosa em todos os setores de transporte do país.

Dispostos a lutar sem tréguas, os Servidores Federais, na semana de 13 a 20 de agosto/2012, acamparam em Brasília unificando na luta os diferentes setores do funcionalismo público federal. As atividades de rua e as ações conjuntas do funcionalismo desgastaram a imagem do governo, que, sem saída, foi obrigado a apresentar uma proposta de reajuste salarial de 15,8%, que deveria ser aplicado em três anos (2013 a 2015) sobre a folha salarial de cada categoria mediante negociação com as entidades.

A maioria absoluta das entidades não aceitou a proposta e a Greve continuou. Porém, o governo foi inflexível, argumentando que somente poderia ter correção nos salários e receber os salários descontados de volta quem suspendesse a Greve e assinasse um termo de acordo concordando em receber esse reajuste em três anos.

Na última reunião realizada dia 28 de agosto, o Ministério do Planejamento apresentou uma proposta de tabela

para correção dos salários dos servidores do INSS aplicando os 15,8%, que fortalece a política de gratificação do governo e mais uma vez discrimina os aposentados e os pensionistas: os servidores receberão apenas 20% no vencimento básico e 80% sobre a Gdass.

A Fenasps encaminhou a proposta para discutir nas assembleias estaduais de Greve, propôs ao governo que pudesse fazer reestruturação das carreiras, corrigir igualmente os salários dos ativos e dos aposentados, mantendo a paridade, e pudéssemos continuar a discussão sobre outros pontos da reivindicação, como mudança na forma de avaliação de desempenho, reestruturação das carreiras, aumento nos benefícios sociais, vale-refeição e auxílio-saúde.

Os representantes do governo afirmaram que poderiam fazer qualquer negociação, mas não teriam condições de aumentar o percentual de reajuste de 15,8% em três anos ou 5% pagos acumuladamente.

Mas duas entidades, Condsef e CNTSS, ambas filiadas à CUT, que têm também servidores filiados da Seguridade Social, juntamente do governo, decidiram apresentar uma proposta de tabela ao governo que, utilizando os valores correspondentes aos 15,8% aumentando a Gratificação de Desempenho, seria um prejuízo irreparável aos aposentados e aos pensionistas, uma vez que esses recebem apenas 50% da gratificação.

Por mais que a Fenasps tentasse mudar essa proposta, de correção igual de salários entre ativos e aposentados, o governo optou por manter a proposta das entidades alinhadas com o Palácio do Planalto que assinaram o acordo, aprofundando ainda mais os ataques aos trabalhadores, aos aposentados e àqueles que estão próximos a se aposentar.

Não deveremos jamais deixar de denunciar mais essa traição, pois os percentuais apresentados de correção dos salários, com valores maiores para os ativos e aumento na gratificação, mantêm a política do governo de não valorização do salário e retiram direitos dos aposentados e dos pensionistas.

Fonte: Fenasps.



# Retrospectiva das greves do M

Os trabalhadores do Ministério da Saúde, em Brasília, paralisaram suas atividades no dia **18 de junho**. O edifício sede foi fechado desde o primeiro dia de Greve. O movimento foi fortalecido com a adesão dos seguintes estados: Ceará, Paraná, São Paulo, Pará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte e Piauí.



Os servidores do Ministério da Saúde em Santa Catarina, reunidos em Assembleia no dia 26 de junho, em frente ao Núcleo do Ministério da Saúde da PO, aprovaram uma Paralisação de 24 horas para o dia **28 de junho** e um calendário de mobilização.



Em Assembleia realizada no dia **4 de julho**, os servidores da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) de Santa Catarina, aprovaram paralisar as atividades no estado nos dias 05, 09 e 10 de julho para fortalecer a mobilização nacional da categoria.



No dia **12 de julho**, o Comando Estadual encaminhou a participação da caravana de Santa Catarina nas atividades em Brasília e definiu a programação para os grevistas que ficarão no estado, incluindo Debate sobre Organizações Sociais, Fundações Privadas e Controle Social, ginástica laboral e exibição do documentário Sicko, de Michael Moore, sobre os sistemas de saúde de vários países.



No dia **17 de julho**, os servidores e os estudantes das universidades iniciaram a montagem do Acampamento Unificado em Brasília. Mais de 500 militantes da base da Fenasps participaram, representando os sindicatos estaduais de Ceará, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

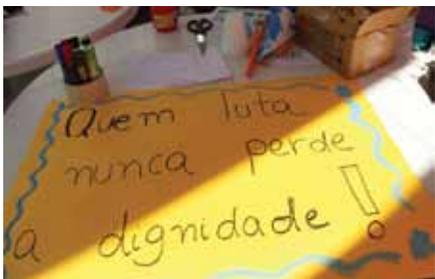


## junho julho



No dia **4 de julho**, os servidores federais do Ministério da Saúde que trabalham no Hospital Florianópolis aprovaram aderir à Greve da categoria. Os servidores do HF permaneceram concentrados em frente ao prédio do Ministério da Saúde, em Florianópolis, com os demais servidores em Greve.

Paralisados dias 28 e 29 de junho e 1º de julho, os servidores do Ministério da Saúde em Santa Catarina aprovaram em assembleia realizada na tarde do dia **2 de julho**, em Florianópolis, Greve por tempo indeterminado.



No dia **4 de julho**, a Fenasps reuniu-se com a Secretaria de Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Não ocorreu a abertura do processo de negociação, e o governo manteve a data de 31 de julho para apresentar uma posição sobre a pauta de reivindicações do funcionalismo.

Logo no início da Greve, os servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa começaram a recolher doações para o Lar de Idosos – Serte – de Florianópolis. Toda roupa, leite em pó, fraldas e alimentos não perecíveis recolhidos foram entregues à Entidades pelos grevistas.



O governo não apresentou uma resposta às reivindicações apresentadas, e os trabalhadores da Anvisa deliberaram nacionalmente pela Greve por tempo indeterminado a partir do dia **16 de julho**. A paralisação foi unificada com os servidores das outras Agências Reguladoras.



No dia **18 de julho**, mais de 10 mil pessoas participaram da Marcha dos Servidores em Greve, em Brasília. O governo não recebeu os servidores e ainda enviou centenas de policiais militares para dispersarem os manifestantes com gás lacrimogêneo, *spray* de pimenta e armas de eletrochoque.



Em Dionísio Cerqueira, os servidores do Posto da Anvisa anunciaram apoio à Greve, após visita dos integrantes da Comissão Nacional de Greve.



# Ministério da Saúde e da Anvisa

No dia **19 de julho**, os servidores da Anvisa e do Ministério da Saúde em Santa Catarina participaram da Plenária Nacional da Fenasps com os servidores dos seguintes estados: PA, RN, BA, SP, SC, RS, PR, MG, DF e RN. A Plenária aprovou manter e fortalecer a Greve.



No dia **24 de julho**, os servidores em greve de várias carreiras do funcionalismo realizaram um ato em frente ao Palácio do Planalto, em Brasília. Devido à pressão, o ministro-chefe da Secretaria-geral da Presidência da República recebeu o Comando Nacional de Greve, às 18 horas.



Os servidores públicos federais em Greve realizaram no dia **31 de julho** um Ato Unificado. Além dos servidores da Grande Florianópolis, vieram somar forças os trabalhadores de Joinville, Itajaí, Blumenau, Criciúma e Lages.

Para romper com o silêncio do governo, os servidores realizaram um painel e buzinação na Esplanada dos Ministérios, no dia **6 de agosto**. No dia 7, Representantes dos estados participaram de ato no aeroporto de Brasília entregando carta e conversando com os parlamentares. À tarde, foi realizada intensa panfletagem na Câmara, por isso nos dias 8 e 9 os parlamentares cobraram da presidenta, Dilma, uma atitude urgente.

Um oficial da Justiça cumpriu, na manhã do dia **13 de agosto**, o Mandado de Reintegração de Posse ajuizado pela Advocacia Geral da União. Devido à liminar concedida à AGU, os servidores em Greve foram obrigados a retirar a faixa que limitava o acesso ao prédio do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde, em Florianópolis.



Em Assembleia conjunta realizada na tarde do dia **20 de agosto**, em Florianópolis, os servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa aprovaram, por unanimidade, a continuidade da Greve.



Foto: servidores de Timbó.

Os servidores do INSS da APS Timbó, em apoio à Greve dos servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa e dos demais servidores federais, vestiram a camiseta preta nos dias de assembleia, dias de Luta e Atos.

## ho agosto



Cerca de dois mil servidores em Greve do Ministério da Saúde, da Anvisa, do Judiciário Eleitoral e Federal, da UFSC, professores e estudantes das IFEs, Funai, IBGE e CSP-Conlutas realizaram um Ato Unificado no dia **9 de agosto**.



Os servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa em Greve realizaram um Ato Público no dia **26 de julho** em frente ao prédio do MS para chamar a atenção da população para as reivindicações da categoria. Representantes do SINDPD, do SindSaúde e da CSP-Conlutas, entre outros, vieram demonstrar seu apoio.



Como atividade de Greve, no dia **30 de julho**, o Departamento Jurídico do Sindprevs/SC fez o atendimento aos servidores na concentração da Greve. Após o atendimento, o advogado Luis Fernando falou sobre Geap, lei de Greve e Carreiras.

O Decreto nº 7.777, editado pelo Governo Dilma, permitiu que a Anvisa firmasse convênio com a Secretaria Estadual de Saúde para substituir grevistas. No dia **10 de agosto**, servidores da Anvisa e do Ministério da Saúde e diretores do SindSaúde/SC e do Sintespe impediram que servidores estaduais atuassem no lugar dos grevistas no Porto de Itajaí.



Aproximadamente 10 mil servidores em greve, com apoio de estudantes, ocuparam Brasília, realizando uma grande Marcha, no dia **16 de agosto**, que paralisou a Esplanada dos Ministérios.



No dia **16 de agosto**, os servidores lembraram imagens e histórias das greves passadas em Florianópolis. *Banners* e murais com imagens das paralisações e mobilizações realizadas desde 1981, foram muitas lutas para superar os tempos em que a maioria dos servidores do Ministério da Saúde ganhava complementação do salário mínimo.

Em Assembleia conjunta dos servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa realizada em Florianópolis, no dia **29 de agosto**, os servidores do Ministério da Saúde aprovaram o término da Greve. Os servidores aprovaram manter o estado de greve. Foi avaliado que a proposta do governo não atendeu às demandas da categoria.



No dia **31 de agosto**, os servidores da Anvisa de Santa Catarina deliberaram pelo fim da greve e pela rejeição da única proposta feita pelo governo para os trabalhadores da Regulação Federal. Os servidores permaneceriam em estado de greve e mobilizados.



# Reunião com MPF tratou das APSs da Gerência Florianópolis

No dia 3 de agosto, reuniram-se na sede da Procuradoria da República em Santa Catarina o Ministério Público Federal (MPF), representado pelo procurador da República **Maurício Pessutto**, a Superintendência Regional Sul do INSS, representada pelo chefe da Divisão de Orçamento, Finanças e Logística, **Luis Cândido R. da Silva**, e pelo representante técnico de Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (SQVT) e integrante do Centro de Formação e Aperfeiçoamento do INSS (CFAI), **Cleber R. de Paula**, a Gerência Executiva do INSS em Florianópolis, representada pelo gerente executivo, **José Crispim Corrêa**, e pelo chefe de Seção **Fabiano Zilli**; a Procuradoria Federal do INSS da 4ª Região, representada pela procuradora-chefe **Maria Eliza de Souza**, o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass-INSS/Florianópolis), representado pelo representante da coordenação, **Rogério Ávila**, e pelo perito médico **Alessandre Tramontim**; o Sindprevs/SC, representado pelas Diretoras, **Fátima Regina da Silva** e **Jane da Rosa Defrein Lindner**, e pela Assessora em Saúde do Trabalhador, **Elisa Ferreira**.

A reunião tratou dos encaminhamentos aprovados na reunião de 3 de novembro de 2011, que aprofundou as discussões listadas na audiência pública realizada em 2011.

## Estrutura e condições de trabalho

Em relação à estrutura física e às condições de trabalho das APSs, a Superintendência encaminhou ao MPF uma cópia do relatório sobre ambiente de trabalho e riscos ocupacionais referente à Gerência-executiva de Florianópolis e os laudos técnicos de riscos ambientais das APSs da Gerência, incluindo insalubridade, periculosidade e penosidade. O relatório inclui as medidas adotadas e em andamento referente à adequação de acessibilidade e de layout das APSs. A Administração informou ainda que foram licitadas e executadas obras de adequação de acessibilidade e de layout nas APSs de Palhoça, Biguaçu, Tijucas e São José.

O INSS declarou que encontra dificuldades na execução das obras e que está estudando até mesmo a possibilidade de rescisão e aplicação de multa na empresa vencedora da licitação. Na APS São José está pendente a obra nos banheiros. Na APS Curitiba houve necessidade de adequação de acessibilidade. As obras nas APSs Curitiba e Imbituba foram licitadas, mas estão atrasadas. A APS Florianópolis-Centro aguarda colocação de piso tátil. As APSs Lages e Alfredo Wagner encontram-se em fase de elaboração de projeto de adequa-

ção pela Superintendência, cuja execução será posteriormente licitada. As APSs São Joaquim e Florianópolis-Continente necessitam de levantamento planialtimétrico, que está em fase de licitação, em seguida a Superintendência elaborará o projeto de adequação, cuja execução será posteriormente licitada.

O Sindprevs/SC apresentou o documento intitulado "Relatório das condições de trabalho das APSs em Santa Catarina", apontando as dificuldades nas condições de trabalho, mesmo após as obras de adequação. O MPF questionou o Gerente sobre a ausência de ventilação natural, a diferença entre o projeto aprovado pela prefeitura e Habite-se concedido com alterações posteriores envolvendo a ligação com o prédio adjacente e demais medidas apontadas pela assessoria pericial do MPF em relação à APS Florianópolis-Centro. O INSS informou que toda a estrutura da APS já



se encontra no novo prédio, que há Habite-se pleno do conjunto dos prédios, e sugeriu uma reunião específica sobre a APS Florianópolis-Centro.

O MPF solicitou que a Gerência Executiva se manifeste sobre o Relatório elaborado pelo Sindprevs/SC, quanto às medidas cabíveis em relação à APS Tijucas; que atualize as informações sobre a adequação de acessibilidade e layout das APSs sob sua responsabilidade; que realize nova reunião sobre a APS Florianópolis-Centro com a presença de representantes da equipe de engenharia do INSS, e que apresente o alvará/licença e Habite-se pleno dos prédios onde funciona a APS Florianópolis-Centro.

A Superintendência Regional Sul encaminhou ao MPF o relatório de prioridades de adequação de estrutura física para o quadriênio 2012-2015, mas ressaltou que a execução das obras e reformas dependem de orçamento e licitação. Os representantes da Superintendência afirmaram que as obras na APS Itapema devem estar concluídas até o início de 2013; que a nova APS de São João Batista está prevista no planejamento de construção; que a Gerência de Florianópolis está reivindicando uma nova sede para a APS Palhoça, ou a construção de uma nova APS em Santo Amaro da Imperatriz; além de mais uma APS na ilha de Florianópolis e a construção de uma sede própria para a APS Alfredo Wagner. Essas obras estão sendo pleiteadas, mas dependem de orçamento e ainda não estão integradas ao relatório de planejamento da Superintendência.

## Tempo de Espera pelo Atendimento

Como estava previsto na pauta, foram avaliados o tempo de espera nas agendas das APSs e os resultados das medidas adotadas pelo INSS. Os representantes da Gerência Florianópolis informaram que o último concurso praticamente não acrescentou servidores nas

APSs desta Gex, que os novos contratados foram destinados às novas APSs e que as únicas alterações ocorreram devido às remoções.

A Gerência afirmou que a jornada de trabalho de 30 horas incentivou a migração de servidores da área-meio para a área-fim e que não houve aumento do TMEA (Tempo Médio de Espera por Atendimento), mas alertou que a manutenção da jornada de 6 horas diárias depende de vários indicadores, inclusive da manutenção do TMEA. Elas informou que a metodologia de elaboração da meta de TMEA varia, mas, na média, deve ser de até 30 dias e que o TMEA-PM (Tempo Médio de Espera para Atendimento em Perícia Médica) deve ser de até 45 dias. O INSS comprometeu-se em encaminhar para o MPF a documentação relativa à elaboração da meta do TMEA para a Gerência Florianópolis. Os representantes da Gerência afirmaram que já solicitaram, sem resposta,

a Superintendência afirmou que, através do SIASS (Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor), encaminhará orientações sobre a importância do preenchimento da CAT/SP (Comunicado de Acidente de Trabalho do Servidor Público). Todos reiteraram a importância da medida no enfrentamento dos riscos ambientais laborais. O MPF solicitou que o INSS comprove no prazo de 15 dias o envio dessas orientações.

Os representantes da Superintendência apresentaram o projeto de capacitação denominado "APS Escola", que trabalha com a ideia de capacitar os servidores em benefícios previdenciários e outras rotinas com o acompanhamento de um servidor com perfil de conessor, para levar esse perfil aos demais trabalhadores. Esse projeto encontra-se na Superintendência e a partir de setembro foi possível construir um cronograma de implantação, devido à ação emergencial em andamento. Tal projeto soma-se ao plano permanente já existente que inclui cursos específicos e a Escola da Previdência, que funciona via Educação a Distância (EaD). O MPF solicitou à Superintendência Sul do INSS que encaminhe cópia do projeto e apresente um cronograma de implantação do programa APS Escola.

O Sindprevs/SC afirmou na reunião que a capacitação de servidores é bastante precária e não é suficiente para atender à demanda devido às mudanças contínuas de atos e normas institucionais, requerendo uniformização de procedimentos e estudo da legislação por parte dos servidores, além das mudanças nos sistemas operacionais do INSS. Geralmente só um servidor é capacitado em determinada matéria e esse tem a atribuição de ser multiplicador para os demais, desconsiderando que, na maioria das vezes, falta didática ao servidor ou tempo, durante o expediente, para a socialização dos conteúdos. As APSs não têm autorização para suspender o atendimento para realização de reuniões de trabalho.

O representante da equipe de Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (SQVT), Cleber R. de Paula, informou que o Programa Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador do INSS encontra-se em fase de estruturação da rede e da equipe. Ele comprometeu-se a encaminhar ao MPF um relatório sobre as normas de funcionamento e execução do programa. Quanto ao Programa de Saúde do Servidor e à realização dos exames periódicos, os representantes da Superintendência esclareceram que estão fora do seu poder administrativo.

O MPF solicitou à Superintendência que apresente um relatório sobre as normas do Programa Saúde e Qualidade de Vida do Trabalhador (SQVT). O procurador Maurício Pessutto também requereu que o INSS informe as medidas adotadas perante a direção central e o Ministério do Planejamento (MPOG) para implantação do Programa de Saúde do Servidor e realização dos exames periódicos dos servidores. Ele também cobrou a previsão normativa existente a respeito e que a Superintendência informe a atual situação de sua implantação e execução.

um plano permanente de remoção interna. Outras situações que dificultam a disponibilidade de servidores é a inexistência de cadastro reserva nos concursos públicos também e os servidores do INSS cedidos a outros órgãos.

O MPF pactuou que solicitará da Gerência Florianópolis as seguintes informações: atualização dos dados sobre a necessidade de servidores nas APSs; o TMEA de cada uma das suas APSs nos últimos 12 meses e os elementos considerados para elaborar a meta; a utilidade e a relevância de um plano permanente de remoção interna de servidores do INSS, como implementá-lo e os resultados que poderão ser obtidos; uma listagem com os nomes dos servidores cedidos, seus cargos, os órgãos em que se encontram e qual a viabilidade de reintegrá-los ao INSS.

O Sindprevs/SC apresentou dados em relação à falta de servidores em todo o quadro do INSS, não sendo apenas uma realidade da Gerência de Florianópolis. A previsão é de que, em 2015, cerca de metade do quadro de pessoal possuirá idade para aposentadoria e as vagas abertas nos últimos concursos não são suficientes para repor o pessoal que já saiu do quadro funcional. O Sindicato afirmou que as medidas adotadas pelo INSS não solucionam esse problema estrutural, pelo contrário, são políticas paliativas como o Plano emergencial implantado na Superintendência Regional Sul. Esse Plano prevê a realização de mutirões para desrespeamento de processos, utilizando servidores que se deslocam de uma Agência para outra, em regime de pagamento de diárias e compensações de horas, sem previsão de contratação imediata de servidores para a resolução definitiva do problema.

## Capacitação e saúde do servidor

Sobre o programa de capacitação e atualização e programa de saúde dos servidores,

# Câmara dos Deputados aprova projeto de anistia da Greve de 2009 dos servidores do INSS

*Foi aprovado no dia 17 de outubro, na Câmara dos Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) nº 2.304 de 2009, que anistia a Greve dos servidores do INSS realizada em 2009.*

É um importante passo para fazer justiça aos trabalhadores que foram à luta na defesa dos seus direitos, uma luta sem trégua da Fenasps.

A luta continua pela apro-

vação do projeto denominado PDC 2.304-B/2009 no Senado Federal e devolução dos valores descontados dos salários dos servidores que fizeram a Greve.

Veja a íntegra do PDC 2.304 aprovado no sítio do Sindprevs/SC: [www.sindprevs-sc.org.br](http://www.sindprevs-sc.org.br).

Fonte: Fenasps.

## Entidades revertem disponibilidade de servidora do HF

*Na tarde do dia 3 de setembro, membros da Direção do Sindprevs/SC, do SindSaúde, do Sintespe, a advogada Rosângela de Souza, contratada pelo Sindprevs/SC para acompanhar os servidores do HF, e a psicóloga Elisa Ferreira, assessora em Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC, reuniram-se com a Direção do Hospital Florianópolis (HF) e reverteram a colocação em disponibilidade da servidora pública federal do Ministério da Saúde, concursada, Valdete Paes Marcon Santos.*

Sindicalistas, advogada e psicóloga foram incisivos diante da Diretora do HF, Kátia Melo Machado Gerent, ao afirmar que seria uma ilegalidade colocar à disposição da Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina uma servidora que trabalha no Hospital há 28 anos, hoje lotada na Unidade de Emergência, sem motivo justo e que nunca recebeu sequer uma advertência, além da atitude desumana e ilegal que foi comunicar o fato por telefone.

No dia 20 de agosto, Valdete recebeu a ligação telefônica da Gerente de Enfermagem do HF, Cládis Loren Kifer Moraes, comunicando que ela estava sendo colocada à disposição e teria que comparecer ao Hospital em 24 horas para pegar o documento de remoção do local de trabalho. No dia seguinte, Valdete e Beatriz Regina Pimpão, Chefe da Emergência do HF, apresentaram-se na Direção do Hospital, mas Cládis não entregou o documento e disse que aguardaria a servidora encontrar outro local de trabalho. A paciência de Cládis só durou um dia. No dia 22 de agosto, a Gerente informou Beatriz que Valdete estava proibida de entrar no HF para trabalhar.

Diante de tantas irregularidades, a servidora foi procurar o apoio das entidades sindicais.

No dia 3 de setembro, os representantes dos servidores e as profissionais que acompanhavam as entidades foram primeiramente no Setor de Recursos Humanos (RH), já que a servidora foi informada, por telefone, que teria 24 horas para pegar no RH o documento para remoção do local de trabalho. A advogada informou aos funcionários do RH que o procedimento foi totalmente irregular. Os representantes sindicais afirmaram estar ali para defender os direitos de uma servidora para que a ilegalidade não se repita para os demais.

Do RH, os representantes das entidades seguiram para a Direção do Hospital, em que se reuniram com a Diretora do HF e a Gerente de Enfermagem para cobrar os motivos que as levaram a colocar à disposição uma servidora que nunca sofreu uma suspensão, uma advertência ou um processo administrativo. Cládis afirmou tratar-se de uma "readequação administrativa", cobrada pelos seus superiores.

A advogada Rosângela argumentou que o Ato Administrativo precisa ser motivado, ou seja, os motivos devem ser detalhados, explicados, para não caracterizar abuso de poder, pois, acima da vontade dos gestores, estão o interesse público e as leis, que precisam ser obedecidos. Rosângela, que é conhecida no movimento sindical e popular como Lele, afirmou que tal atitude poderia gerar um processo judicial, uma denúncia ao Ministério Público e uma ação por Danos Morais contra a chefia que encaminhou a colocação em disponibilidade de forma ilegal.

Diante da falta absoluta de motivos que justificassem a disponibilidade, Beatriz Regina Pimpão, chefia imediata da servidora Valdete, foi chamada a participar da reunião e afirmou que não tinha nada contra a servidora, que também não concordava com a atitude da Administração e que havia mantido o nome dela na escala de plantão de setembro. Bia, como é conhecida no HF, chegou a

advertir a Administração do HF que, para colocar um servidor público à disposição, é preciso abrir um processo administrativo, mas não foi ouvida. A chefe da Emergência também expôs que o quadro necessário para o plantão noturno, segundo avaliação dos servidores, é de sete funcionários, ou seja, com a saída da Valdete ficaria faltando um servidor na escala.

O representante do Sintespe disse que nunca assistiu à semelhante situação: uma gestora que tem o quadro necessário de trabalhadores abrir mão de uma servidora num setor como a Saúde que enfrenta tantas e tão sérias precariedades.

A representante do Sindprevs/SC denunciou o desmonte e o sucateamento do Hospital Florianópolis, que agora culmina com a intenção do governador do estado de privatizá-lo, transformando-o numa Organização Social quando for finalizada a reforma, que já demora quase três anos. Ela cobrou bom senso, afinal a servidora tinha 28 anos de serviços prestados com uma ficha absolutamente limpa, e afirmou que talvez a motivação da colocação em disponibilidade seja política, pois Valdete participou de várias manifestações e atividades contra a privatização do HF.

A Assessora em Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC pediu que a gestora fosse mais cuidadosa e humana nos seus encaminhamentos, pois a situação havia abalado a saúde física e mental da servidora e que havia outros casos semelhantes de trabalhadores que estavam sendo ameaçados no Hospital.

Ao final, a Diretora do Hospital Florianópolis foi convencida pelos argumentos dos representantes dos trabalhadores e voltou atrás no seu encaminhamento de colocar a servidora à disposição da SES. Os representantes das entidades afirmaram que a advogada e a psicóloga acompanharão Valdete enquanto for necessário. Foi uma vitória daqueles que lutam e defendem os direitos dos trabalhadores contra aqueles que pensam que podem usar cargos de chefia passando por cima das pessoas e das leis.





## Situação da liminar contra a cobrança da Geap

Nota da Assessoria Jurídica do Sindprevs/SC, divulgada no sítio do Sindprevs/SC em 24/09/2012

Servimo-nos do presente para prestar os seguintes esclarecimentos acerca das Ações judiciais movidas contra o abusivo aumento das contribuições à Geap, objeto da Resolução nº 616/2012, do Conselho Deliberativo da Fundação:

1. em julho passado esta Assessoria Jurídica ajuizou 2 (duas) Ações Cíveis Públicas objetivando ver reconhecidas a ilegalidade e a abusividade do mencionado reajuste de contribuições: a) a primeira Ação em nome da Fenasps (nº 2012.01.1.120192-2), abrangendo todo o território nacional; e b) a segunda especificamente em nome do Sindprevs/SC (nº 2012.01.1.120197-0), abrangendo os servidores do Ministério da Saúde, do INSS e da Anvisa, lotados em Santa Catarina;

2. ocorre que alguns dias antes o Sindprevs do Distrito Federal também já havia ajuizado ação semelhante, obtendo inicialmente a antecipação de tutela para a suspensão dos efeitos da referida Resolução, em decisão exarada pelo Juiz da 16ª Vara de Brasília, o que nos levou a decidir pelo ajuizamento das ações da Fenasps e do Sindprevs/SC também na Justiça Comum do Distrito Federal, requerendo que essas fossem distribuídas para o mesmo Juiz que deferira a antecipação de tutela no caso do Sindicato de Brasília;

3. referidas ações, contudo, foram inicialmente distribuídas livremente a

dois outros juízes, de Varas distintas, não sendo acatado o pedido de distribuição para a 16ª Vara;

4. somente após inúmeros percalços e alguma demora (essa resultante da greve dos servidores do Judiciário do Distrito Federal), eis que no início de setembro as duas ações são finalmente remetidas ao Juiz da 16ª Vara de Brasília, que, esperávamos, mantivesse em relação a essas ações o mesmo posicionamento que havia adotado quando apreciou o pedido de antecipação de tutela na ação do Sindprevs/DF;

5. ocorre que nesse interregno a Geap havia recorrido (mediante Agravo de Instrumento) contra a decisão judicial proferida nos autos da ação movida pelo Sindprevs/DF, conseguindo que o Desembargador do Tribunal de Justiça do DF suspendesse os efeitos da decisão do Juiz da 16ª Vara, com o que a Resolução nº 616/2012 voltou a ter eficácia;

6. com isso, ao apreciar os pedidos que formulamos nas ações da Fenasps e do Sindprevs/SC, o Juiz da 16ª Vara voltou atrás em seu posicionamento e, acatando a interpretação dada ao caso pelo Tribunal de Justiça, indeferiu os pedidos de antecipação de tutela tanto no processo movido pela Fenasps quanto no movido pelo Sindprevs/SC, em decisões datadas de 11 e 17 de setembro, respectivamente;

7. à vista disso, essa Assessoria Jurídica já protocolizou Agravo de Instrumento, através do qual pretende que o Tribunal de Justiça do DF analise as questões de direito postas na ação inicial e defira antecipação de tutela capaz de suspender novamente os efeitos da Resolução da Geap;

8. é preciso, assim, aguardar essa nova decisão do Tribunal de Justiça do DF, a qual, caso nos seja favorável, suspenderá os efeitos da Resolução da Geap, restabelecendo as contribuições aos patamares praticados antes da alteração;

9. além das medidas judiciais até aqui tomadas, esta Assessoria Jurídica

está analisando a possibilidade de ajuizamento de outras ações, como, por exemplo, sobre a renovação antecipada do Convênio no âmbito do Ministério da Saúde, o que deve ser definido tão logo tenhamos acesso aos termos desse novo Convênio; e

10. no mais, infelizmente só podemos pedir aos servidores que aguardem mais alguns dias o desfecho das referidas medidas judiciais, em que pese os danos que essas novas alíquotas lhes causarão, pois esses danos, caso venhamos a ser finalmente vitoriosos nessa ação, reverterão aos seus patrimônios quando do trânsito em julgado da ação.

## Eleição dos representantes do MS nos Conselhos da Geap

Nos dias 17 e 18 de outubro, foram realizadas as eleições dos conselheiros do Ministério da Saúde para o Conselho Deliberativo (Condel) da Geap.

A Fenasps participou das eleições de 2012 para escolha dos representantes do Ministério da Saúde (MS) no Conselho Deliberativo (Condel) da Geap. O pleito aconteceria em junho deste ano, mas, devi-

do à greve na Seguridade Social, foi adiado. Os conselheiros eleitos assumirão os cargos para o quadriênio 2012-2016.

A Chapa da Fenasps era composta por:

- titular para o Conselho Deliberativo (Condel): Ana Lago (RS); e
- suplente para o Conselho Deliberativo (Condel): Evilásio Silva Pereira (BA).

## Crianças da Comunidade Guarani do Morro dos Cavalos recebem doações

*Nos dias 1 e 8 de setembro, foram entregues às crianças da Comunidade Guarani do Morro dos Cavalos (Aldeia Guarani de Palhoça) as roupas e os brinquedos arrecadados na Campanha realizada pela Associação em Defesa dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEDH) e pelo Sindprevs/SC.*



Nesta comunidade carente de indígenas guaranis, localizada em Palhoça, as mulheres participaram de oficinas, cujo enfoque foi a elaboração de projetos que tratem de maneiras de prevenir e combater o sexismo e outras violências de gênero nessa e em outras aldeias da Palhoça.

Participaram dessa capacitação 15 mulheres, mães, avós, arrimos de família e consequentemente seus filhos, netos e bisnetos. Ao todo, 26 crianças foram diretamente beneficiadas pelas doações. No dia da entrega, a receptividade da comunidade foi emocionante. A maioria dos moradores da Comunidade Guarani do Morro dos Cavalos tem poucas condições de garantir roupas e brinquedos aos seus familiares.

A ADEDH e o Sindprevs/SC darão continuidade à arrecadação de brinquedos e roupas a outra comunidade indígena de Palhoça, desta vez a Associação atenderá uma aldeia Kaingang. As entidades divulgarão um relato do momento da entrega das doações.

As roupas e os brinquedos devem ser entregues no Sindprevs/SC (rua Angelo La Porta, 85, Centro, Florianópolis, CEP: 88020-600) e/ou na ADEH (rua Osmar Reguera, 25, 2º andar, sala 205, Centro, Florianópolis, CEP: 88010-470). Toda doação será bem-vinda.

A ADEDH e o Sindprevs/SC agradecem àqueles que já participaram da campanha.

Contribua e faça o olho de uma criança brilhar mais.

# Aprovada a implantação das Comissões Internas de Saúde do Servidor do INSS

**Após muitos anos de luta dos servidores por avanços na política de Saúde do trabalhador federal, finalmente, no dia 4 de outubro, na sede da Superintendência Regional Sul, em Florianópolis, foi realizada a reunião que aprovou a criação do Núcleo para Implantação das Comissões Internas de Saúde do Servidor Público (Cissp) no INSS.**

A reunião, presidida pelo Representante Técnico da SQVT do INSS, Cleber Rodrigues de Paula, contou com as seguintes participações: Victor Luiz Crespi (Associação Catarinense de Engenharia e Segurança do Trabalho), Cleusa Maria Slongo (APS INSS), Marcia Matté (INSS), Junior Vicente Franken (INSS/Siass), Sílvia Mara Mayer Teixeira Furtado (APS INSS), Lilian Sartor Fogaca (Eng. INSS), Marli A. Nentwing (Eng. INSS), Leonor de Queiroz Lima (Divi-

são de Saúde e Segurança no Trabalho/UFSC), Eliza R. F. de Andrade (Assessora em Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC), Maria Nilza Oliveira (Diretora do Departamento de Saúde do Trabalhador do Sindprevs/SC), Roberto Carlos Ruis (Siass), Magda Castro (Siass), Raquel Capeletti (APSDJ INSS), Renato Tocchetto de Oliveira (Superintendência Regional do Trabalho e Emprego) e Luciano Bertol Teixeira (SQVT INSS).

A implantação das Cissps é preconizada na Norma Operacional de Saúde do Servidor Público Federal (NOSS).

A reunião do dia 4 de outubro iniciou com o relato dos colaboradores sobre suas experiências na área, inclusive no desenvolvimento de organiza-

ções por local de trabalho, e apontou a importância de o INSS implementar as Cissps.

Foi debatida a possibilidade de institucionalizar as Comissões. O representante técnico discorreu sobre as normativas que dão embasamento ao funcionamento das comissões. Os presentes na reunião aprovaram, por consenso, que, no âmbito da SRIII, seja criado o Núcleo que implantará as Comissões no INSS e terá como foco a discussão das estratégias de funcionamento, composição, criação e expansão das Cissps.

Fonte: com informações do Representante Técnico da SQVT do INSS, Cleber Rodrigues de Paula.



## Reuniões elegem novos DBs e Representantes dos Aposentados e dos Pensionistas

**Com o fim das greves dos servidores do Ministério de Saúde e da Anvisa, a Direção do Sindprevs/SC retomou a realização das reuniões para eleição dos Diretores de Base e Representantes dos Aposentados e dos Pensionistas.**

Corrigindo uma informação divulgada no *Previsão* nº 113, no dia 22 de junho não foi realizada a reunião em Itajaí, que acontecerá no dia 26 de outubro, após o fechamento da edição nº 114. No dia 22 de junho, a direção do Sindprevs/SC realizou a reunião em Tijucas, onde os servidores elegeram Roberto Machado de Oliveira como Diretor de Base.

No dia 26 de setembro, os aposentados e os pensionistas de São José elegeram como seus Representantes: Maria Magui Schllikmann, Noemia

Lúcia Malmann, Ivone Pronilda Shreiner e Luiz Carlos Dantas.

Os aposentados e os pensionistas de Florianópolis elegeram no dia 4 de outubro seus representantes. Na reunião realizada, a partir das 14 horas, no auditório da Fecesc foram eleitos: Dorli Lauth, Jocimar de S. Freitas, Henriete Gimmermans e Irma de F. Figueiredo. Os representantes da Direção do Sindicato informaram que, em novembro, os Representantes dos Aposentados e dos Pensionistas eleitos em todo o estado serão chamados para uma primeira reunião para discutir desafios e encaminhamentos para o mandato que se inicia.



Assim como os Diretores de Base, os Representantes dos Aposentados e dos Pensionistas do Sindprevs/SC são eleitos por localidade. O Estatuto do Sindprevs/SC determina que a quantidade de Representantes varia de um a quatro de acordo com o número de filiados por município.

No dia 9 de outubro, os servidores do Ministério da Saúde, da Gerência Regional de Campinas, elegeram como Diretora de Base Jussara Lopés de Freitas.

Os trabalhadores da Policlínica da Esteves Júnior elegeram Renato Cesar Faversoni como Diretor de Base daquele local de trabalho. Ainda no dia 10, os servidores do Halley elegeram para Diretor de Base João Batista Dutra.

Além das eleições, em todas as reuniões nos locais de trabalho os membros da Direção do Sindprevs debatem com os servidores a seguinte pauta: campanha salarial 2012; campanha de filiação sindical; Geap e Jurídico.



### Assista no canal 4 da NET: Você Tem Fome de Quê?

Toda terça-feira, às 20h, é veiculado no canal 4 da NET, na TV Floripa, o programa *Você Tem Fome de Quê?* Ele é retransmitido às sextas, 21h, e aos sábados, às 21h30min, e também está disponível no sítio [www.tvfloripa.org.br](http://www.tvfloripa.org.br).

O *Você Tem Fome de Quê?* discute a saúde em suas várias dimensões, provocando a reflexão sobre situações cotidianas da vida do trabalhador que estejam ligadas à saúde.

O programa é uma produção do Sindprevs/SC, do Sinergia (Sind. dos Trabalhadores na Indústria de Energia de Florianópolis e Região) e do Sindaspi/SC (Sind. dos Empregados nas Empresas de Assessoramento, Perícia, Informações e Pesquisa de Santa Catarina).

### Seminário sobre Saúde terá nova data

Devido à greve dos servidores do Ministério da Saúde e da Anvisa, as entidades organizadoras do Seminário Regional Sul em Saúde do Trabalhador, Sindprevs/PR, Sindprevs/SC e Sindsprev/RS, adiaram a realização do Seminário Regional Sul em Saúde do Trabalhador.

A Direção do Sindprevs/SC deliberou por realizar o Seminário em 2013, mas aguarda a reunião da Comissão Organizadora, que é composta dos três Sindicatos do Sul, para definir a nova data do evento.



### Valmir eleito Coordenador do Sindprevs/SC

Na reunião realizada em 11 de outubro, a Diretoria Executiva Colegiada do Sindprevs/SC elegeu Valmir Braz de Souza como coordenador geral do Sindicato. Ele licenciou-se do mandato classista, no dia 6 de junho, para concorrer ao cargo de vereador e obteve 1.001 votos. Valmir ficou muito satisfeito com os votos recebidos e o apoio demonstrado pela categoria durante o período eleitoral. Ele parabenizou a atuação da Diretora, Vera Lúcia Silva Santos, que ocupou a coordenação geral do Sindprevs/SC durante o período em que esteve licenciado.



# Última Página

## 24 anos de história para se orgulhar



Negociação durante a greve de 1984.



Manifestação dos servidores do MS em 1994.



Ato unificado com os SPFs em 1999.



Repressão policial durante a greve de 2003.

*Assim que a Constituinte permitiu o direito à sindicalização, os servidores da Previdência (Iaps e INPS) e do Ministério da Saúde (ex-INAMPS) de Santa Catarina aprovaram em assembleia transformar a Acaseps (Associação Catarinense dos Servidores da Previdência Social) em Sindicato, fundando o Sindprevs/SC no dia 17 de outubro de 1988.*

A data oficial é 17 de outubro de 1988, mas a mobilização dos servidores da Saúde e da Previdência começou alguns anos antes, em 1982. Em plena ditadura militar, os trabalhadores organizaram a primeira paralisação. Em 1983, o Clube dos Previdenciários, que já representava os servidores da Saúde e da Previdência, organizou a primeira greve nacional da categoria. No ano seguinte, a greve nacional durou mais de 60 dias e conquistou, dentre outras reivindicações, a jornada de trabalho de 30 horas semanais. Em 1986, a Direção do Clube dos Previdenciários fundou a Acaseps, que, dois anos depois, foi transformada em Sindicato.

Nesses 24 anos, o Sindprevs/SC tornou-se conhecido nacionalmente pela intensa participação dos servidores federais da Saúde, da Anvisa e da Previdência em Santa Catarina em todas as greves, eventos e manifestações realizadas pela categoria. Foram 23 greves e incontáveis mobilizações e conquistas. A existência do Sindprevs/SC é feita de momentos que enchem de orgulho todos aqueles e aquelas que, de alguma forma, ajudaram a construir essa história.



Greve dos servidores da Saúde e da Previdência em 2000.



De cima pra baixo, jornal do Sindprevs/SC de 1989, Previsão em 1992 e em 2008.



Caravana de Santa Catarina em Brasília em 1999.

### Expediente

**PREVISÃO** é o jornal do Sindicato dos Trabalhadores em Saúde e Previdência do Serviço Público Federal no Estado de Santa Catarina. **Projeto Gráfico:** Frank Maia e Marina Righetto. **Textos, Edição, Editoração e Fotos:** Rosângela Bion de Assis (Mtb 00390/SCJP) e Marcela Cornelli (Mtb 00921/SCJP). **Revisão:** Isabel Maria Barreiros Lucltkenberg. **Logotipo e Ilustrações:** Frank Maia. **Tiragem:** 6.000 exemplares.

Os textos assinados não correspondem à opinião da Diretoria do Sindprevs/SC. **Endereço eletrônico:** imprensa@sindprevs-sc.org.br

**Diretoria Sindprevs/SC:** Valmir Braz de Souza (Coordenação Geral); Fátima Regina da Silva (Diretora da Secretaria-Geral); Elaine de Abreu Borges (Diretora da Secretaria-Geral); Valéria Freitas Pamplona (Diretora do Depto. Administrativo e Financeiro); Osvaldo Vicente (Diretor do Depto. Administrativo e Financeiro); Luiz Fernando Machado (Diretor do Depto. de Política e Organização de Base); Vânia Cristina Dias Vieira (Diretora do Depto. de Política e Organização de Base); Luciano Wolfenbüttel Veras (Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Socioeconômicos); Rodrigo Poggere (Diretor do Depto. de Formação Sindical e Estudos Socioeconômicos); Janete Marlene Meneghel (Diretora do Depto. de Comunicação); Marco Carlos Kohls (Diretor do Depto. de Comunicação); Vera Lúcia da Silva Santos (Diretora do Depto. Jurídico); Rosemeri Nagela de Jesus (Diretora do Depto. Jurídico); Catarina Cesconeto (Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas); Rosi Massignani (Diretora do Depto. de Aposentados e Pensionistas); Maria Nilza Oliveira (Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador); Jane da Rosa Defrein Lindner (Diretora do Depto. de Política de Seguridade e Saúde do Trabalhador); Teresinha Maria da Silva (Diretora do Depto. Sociocultural e Esportivo); Dinarte Borges (Diretor do Depto. Sociocultural e Esportivo); Márcio Roberto Fortes (Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho) e Giulio Césare da Silva Tártaro (Diretor do Depto. de Relações Intersindicais e Relações de Trabalho).